

Centrão e PMDB fazem acordo que facilita divórcio

Do Sucursal de Brasília

O Centrão e a liderança do PMDB já chegaram a um acordo sobre um dos pontos mais polêmicos — o divórcio — para a aprovação do capítulo "Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso" que integra o Título "Da Ordem Social".



Pela proposta, a partir da promulgação da nova Constituição, a lei não limitará o número de divórcios e os tornará mais rápidos. A separação judicial por mais de um ano ou a comprovada separação de fato por mais de dois anos será suficiente para a dissolução do casamento civil.

Atualmente, são necessários três anos de separação judicial e a separação de fato só é aceita para os casos anteriores a 1977, quando o divórcio foi aprovado pelo Congresso Nacional.

"O entendimento está praticamente selado", disse ontem o deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), um dos negociadores da liderança do partido. Nos últimos dias, a partir de conversas com o deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), do Centrão, as inovações legais do divórcio foram acertadas.

O senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) — autor do projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional em 1977, que regulamentou o divórcio no país — foi decisivo para a obtenção da proposta, que obteve o consenso entre os parlamentares. Amanhã os negociadores voltam a se reunir para consolidar o acordo.

Evangélicos

Apesar de resistências, os negociadores avançaram na proposta porque os deputados evangélicos do Congresso constituinte racharam. Divorciado, Tinoco integra um grupo mais liberal dos evangélicos que considera a dissolução do casamento como "uma decisão pessoal a ser

Lula Marques - 12 Jun. 87



O deputado Artur da Távola, que participa das negociações do capítulo

respeitada". "É claro que somos contrários a um número excessivo de separações, mas respeitamos", afirmou o deputado Dasso Coimbra (PMDB-RJ).

Os evangélicos da Assembléia de Deus são os mais recalcitrantes quanto ao divórcio. Antigamente não admitiam a dissolução do casamento,

passando a aceitar o limite de uma, fixada pela legislação em vigor. "É uma ala mais conservadora", afirmou Dasso Coimbra. Os deputados Matheus Iensen (PMDB-PR), Gidel Dantas (PMDB-CE), Antônio de Jesus (PMDB-GO) e Eliei Rodrigues (PMDB-PA) são integrantes deste grupo.

O deputado Artur da Távola disse que dois outros princípios inovadores foram incluídos no capítulo: 1) Foi estabelecida uma equiparação de direitos entre o homem e a mulher no casamento. O homem não será o único chefe da família; o princípio ainda não foi detalhado. 2) Foi incluído o termo "entidade familiar", numa referência às uniões não legalizadas pelo casamento civil. "Dá-se algum status para a união estável e se facilita sua legalização", acrescentou o deputado fluminense.

Menor

Algumas divergências podem surgir na reunião dos líderes no tocante à idade de responsabilidade criminal a ser adotada pela nova Constituição. Pelo acordo preliminar, são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos. Uma ala do Centrão defende que a idade seja reduzida para 16 anos, alegando que o plenário aprovou o direito de voto (um direito político) facultativo a partir desta faixa etária.

"Os setores mais conservadores do Centrão estão resistindo", disse Távola. O deputado Eraldo Tinoco comanda uma ala do grupo que concorda com a manutenção da idade fixada pelo Código Penal, mas o deputado José Lourenço (BA), líder do PFL, quer a redução da idade e poderá trazer dificuldades para a concretização do acordo.

FOLHA DE SÃO PAULO

22 MAI 1988

P. 19